

Recensão

Susanna B. Hecht (2013), *The Scramble for the Amazon and the Lost Paradise of Euclides da Cunha*. Chicago: University of Chicago Press, 632 pp.

A corrida pela Amazônia, entre o século XIX e XX, teve os seus períodos mais tensos durante o apogeu do ciclo da borracha, e foi esse o grande momento em que se construíram as fronteiras políticas que hoje demarcam a grande floresta tropical. O grande vencedor das diversas batalhas diplomáticas fronteiriças foi o Brasil. Apesar de algumas derrotas, hoje o país detém 64,3% do bioma. Esse é um período ainda com muitas lacunas historiográficas, e a sua análise é fundamental para se compreender os subsequentes planos de ocupação ao longo do século passado, especialmente nos anos da Ditadura (1964-1985).

O recém-lançado *The Scramble for the Amazon and the Lost Paradise of Euclides da Cunha*, novo livro da geógrafa norte-americana Susanna B. Hecht, é uma extraordinária contribuição para o debate sobre esse período e a discussão sobre a ocupação humana do bioma. Hecht é professora na Luskin School of Public Affairs, do Institute of the Environment, e do departamento de Geografia da Universidade da Califórnia, Los Angeles. É coautora, junto de Alexander Cockburn, do premiado *The Fate of The Forest: Developers, Destroyers and Defenders of the Amazon* (1990), publicado pela The University of Chicago Press, a mesma editora do novo trabalho. O livro de Hecht e Cockburn ganhou uma nova edição em 2010, com um novo prefácio e algumas atualizações. O jornalista Cockburn faleceu a 21 de julho de 2012.

No trabalho anterior, *The Fate of The Forest*, a preocupação teórica relacionava-se com a “ecologia da justiça”. 40% da Amazônia brasileira está atualmente, após a Constituição Federal de 1988, designada sob alguma forma de conservação. Dessa área, 80 milhões de hectares, o que equivale a 60% dessas áreas protegidas, são paisagens habitadas. Segundo Hecht e Cockburn, essa ampla ocupação é a nova

dinâmica para se discutir o desenvolvimento tropical em um contexto neoliberal e neoecológico.

Quem constitui essa população? O novo livro de Hecht, baseado na obra de Cunha, ajuda a compreender a formação da chamada população “tradicional”, ou “povos da floresta”, índios e seringueiros, quilombolas e caboclos, personagens centrais no imaginário construído por Euclides da Cunha.

The Scramble for the Amazon and the Lost Paradise of Euclides da Cunha vai bastante além de uma biografia do grande escritor brasileiro Euclides da Cunha e de uma crítica literária do livro incompleto de Cunha sobre a Amazônia. A vida do escritor é contada apenas com relação ao que teria tido influência na sua produção intelectual sobre a Amazônia. Nesse sentido, o livro de Hecht começa com uma contextualização da sua obra-prima, *Os Sertões*. A autora faz uma revisão histórica a partir da perspectiva da ecologia política – área de pesquisa com a qual Hecht contribui desde as suas primeiras publicações sobre a pecuária na Amazônia no início dos anos 1980, discutindo a relação entre o debate político e o meio ambiente na época e como evoluiu até os dias de hoje.

O livro divide-se em cinco partes. A primeira aborda os sertões do Brasil e Euclides da Cunha, o ambiente republicano logo após o golpe militar que pôs fim à monarquia, traçando a ideia da expansão nacional da costa para o interior e a ideologia “mestiça” em voga nos escritos de Cunha – como um embrião do tropicalismo. A segunda parte foca a corrida da Amazônia e a formação política do território a partir de tratados e revisões de tratados, das disputas geográficas entre as metrópoles para controlar essa vasta área. Segue a terceira parte com uma análise da vida de Cunha para a Amazônia e a quarta parte apresenta a contribuição do trabalho do escritor para a cartografia da região. O livro termina, por fim, com a tragédia da morte de Cunha no Rio de Janeiro em 1909.

A pesquisa de Hecht fundamenta-se em farta literatura, muitas análises secundárias interdisciplinares produzidas por pesquisas principalmente em história, biologia, arqueologia e antropologia, em documentos de época e cartas trocadas por Cunha durante a viagem pela Amazônia. Muitas dessas cartas constam das diversas edições que a obra do escritor ganhou postumamente no Brasil. Dado que o livro de Cunha sobre a Amazônia é um trabalho incompleto, essas edições geralmente apresentam ao menos parte de um material de apoio, como as reportagens em *O Estado de S. Paulo*, relatórios e cartas. Cunha terminou de escrever *A margem da história* com seus estudos sobre a Amazônia em 1908, mas a primeira edição somente sairia depois de sua morte, no ano seguinte, pela Livraria Chardron, em Portugal.

Alguns elementos de *Os Sertões* são peças-chaves para se discutir o problema agrário no Brasil, por exemplo, a partir da questão do conceito de quilombo. Segundo Hecht, apoiada no trabalho do historiador João Jose Reis, a vila de Canudos seria um quilombo, reunindo tanto negros quanto mestiços, mulatos, indígenas cariri. Não seria um quilombo "tecnicamente", segundo a autora, na perspectiva de "quilombos" apenas como as comunidades de escravos fugidos, mas sim no sentido amplo da terminologia atual sobre comunidades remanescentes em busca de liberdade, nas terras de santo. "No uso corrente, Canudos certamente cairia na categoria de quilombo", escreve Hecht (p. 68). A rebelião de Canudos, centro de migração dos excluídos no Nordeste, e o massacre que se seguiu, são fundamentais para se entender tanto a perspectiva de Cunha, quanto a ecologia política dos conflitos ambientais no Brasil. Hecht reconstrói uma envolvente paisagem social para situar a chegada de Cunha no sertão.

Hecht analisa a personalidade de Cunha a partir dos estudos no colégio militar da Academia da Praia Vermelha, as influências do positivismo de Auguste Comte, as suas relações com influentes pensadores da época, como Benjamin Constant de Magalhães, o debate entre república e monarquia, situando Cunha como um influente intelectual republicano. Sobre esse período, Hecht confunde o presidente do Brasil que sofreu um atentado, culminando na morte do general Bittencourt: era Prudente de Moraes, e não Campos Sales.

Há também ausência de menção a Portugal no Congresso de Berlin, em 1885, em que se definiu a partilha colonial da África, sendo este o país que provocou o encontro, limitando-se a mencionar "cinco nações europeias", França, Inglaterra, Alemanha, Bélgica e Itália como as promotoras da divisão do mundo de acordo com os três "Cs" comércio, civilização e cristianismo (p. 83). Há lacunas que são percebidas como ausência de qualquer menção a Joaquim Nabuco, o brilhante braço direito do diplomata Barão do Rio Branco.

Em termos de fontes secundárias, também se nota falta de referências ao debate ecológico tão forte no Brasil durante o período, no qual Nabuco era um destacado intelectual, como mostrou o historiador José Augusto Pádua em *Um Sopro de Destruição* (2002), referências ao jogo de poder como descrito pela obra clássica de Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder* (1958), e sobre Machado de Assis, *A Pirâmide e o Trapézio* (1974), fundamental para a discussão do período abordado por Hecht. Não há menção ao recente livro de Francisco Foot Hardman sobre Euclides e a Amazônia – *A Vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a Literatura Moderna*, publicado em 2009.

O livro oferece traduções inéditas para o inglês de passagens clássicas da obra euclidiana, como a poética descrição do estuário do Amazonas feita para a Academia

Brasileira de Letras. Uma bela passagem da literatura brasileira: “Salteou-me, afinal, a comoção que eu não sentira. A própria superfície lisa e barrenta era mui outra. Porque o que se me abria às vistas desatadas naquele excesso de céus por cima de um excesso de águas, lembrava (ainda incompleta e escrevendo-se maravilhosamente) uma página inédita e contemporânea do Gênese” (p. 84).

No site da Academia Brasileira de Letras é possível ter acesso a informações precisas sobre quase tudo o que foi publicado por Euclides da Cunha ou sobre ele. É referência importante de consulta para quem pretender aprofundar a obra de Cunha (cf. <http://www.euclidesdacunha.org.br/>).

O autor tornou-se conhecido como jornalista, sendo engenheiro de formação. Escrevia para *O Estado de S. Paulo* (anteriormente intitulado *A Província de S. Paulo*), o que não significa ter sido sempre funcionário do jornal, como é ideia comum. No ano de 1904, após ter trabalhado como engenheiro-fiscal em Santos, passou meses desempregado, tendo procurado trabalhar com o Barão de Rio Branco.

Existe uma confusão histórica sobre a aproximação de Cunha e Rio Branco, que conhecia e admirava o primeiro pela obra *Os Sertões*. Segundo Hecht, existiam afinidades intelectuais entre ambos –, e Hecht descreve o diplomata como “um culto bon vivant cuja experiência no corpo diplomático poliu seu gosto por boa comida e conversa” (p. 215). Ambos haviam sido professores de geografia do colégio carioca Instituto Pedro II. E, conforme a autora, quem fez a ponte entre os dois terá sido Domício da Gama, que levou Cunha até à Villa Westfália do barão em Petrópolis. Outras fontes, como a própria Academia Brasileira de Letras, sugerem que a ponte teria sido feita por Oliveira Lima e José. A fonte de Hecht é um texto do próprio Domício da Gama, publicado na revista do Grêmio Euclides da Cunha, em 1927. Para o desenrolar da história, importa que, ao final, Cunha é contratado como chefe da delegação brasileira da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus e parte em 13 de dezembro desse mesmo ano para Manaus. Retornou ao Rio um ano depois e passou a ser adido ao gabinete de Rio Branco.

Cunha esteve na Amazônia, onde descreveu a opressão da economia da borracha, um pouco antes de Roger Casement, o diplomata britânico (de origem irlandesa) que chegou à região em 1906 e cujos artigos, que tiveram extraordinária repercussão no mundo, passaram a ser publicados, em 1909, na revista *Truth*.

Hecht destaca duas grandes disputas territoriais em que o Brasil se envolveu: com a França, pela região do Contestado, hoje Amapá, e com a Bolívia e os Estados Unidos pelo atual Acre. Essas duas batalhas diplomáticas são debatidas com profundidade, focadas na sofisticação do argumento de Rio Branco. Para justificar a ocupação do território do Contestado, e conquistar o direito político sobre a região, o

Barão propôs a aplicação da teoria do “colonialismo informal”, a mesma utilizada pelos Estados Unidos na conquista do Oeste. Acontece que no caso brasileiro, esta ocupação teria sido realizada pelos escravos fugidos e por indígenas que se reconhecessem como brasileiros. Nesse sentido, a colonização por escravos fugidos seria equivalente a uma “colonização” decorrente da migração de cidadãos brasileiros (p. 107), ainda que, no Brasil, essas pessoas não fossem reconhecidas como cidadãos. Este mesmo argumento foi estendido posteriormente para a disputa com a Inglaterra pelas Guianas, arbitrada pelo Rei da Itália, que não chegou a ser analisada no trabalho de Hecht.

As articulações políticas são alimentadas por disputas caladas, espionagens e biopiratarías. Uma dessas passagens, envolvendo o Contestado, é a chegada do café ao Brasil, através da missão diplomática de Francisco de Melo Palheta, cujo real objetivo era obter de maneira clandestina o café plantado no jardim botânico de La Gabrielle. Segundo essa versão, Palheta teria tido uma relação com Madame d'Orvilliers e trazido, escondido em um buquê de floresta, sementes de café que se tornariam a *commodity* fundamental na definição da economia brasileira no século XIX.

A história de Palheta é um contraponto nacional ao transporte de mudas de seringueiras para a Inglaterra por Henry Wickham, em 1876. Mas ao contrário do café, que recentemente havia sido transportado para as colônias francesas – sendo que era proibido o acesso aos estrangeiros –, a lei brasileira na época não proibia a exportação de sementes de seringueira.

Outra troca ecológica surgida nessa disputa política foi a chegada da cana ao país, após a invasão de Napoleão a Portugal e a subsequente vinda da família Real ao Brasil e a ocupação, por portugueses e ingleses, da Guiana. Nessa passagem, Hecht sugere que a cana Tahiti teria sido trazida por dois migrantes da Guiana, Michel Grenouiller e Jacques Sohut, botânicos do La Gabrielle. Outras versões dão conta de que as espécies foram abertamente saqueadas durante a ocupação da Guiana, entre elas a cana, que passou a ser chamada de *caiana*.

Os sucessivos tratados são revistos junto de bons quadros históricos. E essa reflexão sobre as disputas internacionais ajuda a compreender a construção da paranoia conspiratória ainda em voga no Brasil sobre a suposta internacionalização da Amazônia, fomentada por conservadores, tanto pela direita quanto pela esquerda, e por militares.

No argumento de Rio Branco do *uti possedetis* pelo controle do Contestado, os escravos fugidos seguiam o modo de ser brasileiro, com a língua e os costumes, e por isso teriam conquistado esse enorme território. E durante a arbitragem suíça, também é descrita a fundamental participação do zoologista Emílio Goeldi, então chefe do

Museu Paraense (a quem dariam o nome de Goeldi após o seu falecimento). No relatório da expedição de Goeldi, o zoólogo diz: “O território do Contestado é, e eu posso afirmar da maneira mais positiva, habitado em sua maior parte por brasileiros” (p. 136). Goeldi dizia que as pessoas que lá viviam “queriam ser brasileiros” e seriam “brasileiros de origem”. Segundo Hecht, seria “difícil de imaginar um desejo de coração desses refugiados serem Brasileiros”, uma vez que no Brasil não seriam considerados cidadãos. O debate tem atualmente imensa força, uma vez que essas populações passaram a ter direitos territoriais após a Constituição de 1988.

Antes de conduzir Cunha ao Acre, Hecht apresenta a geopolítica do território amazônico em disputa durante o ciclo da borracha. Numa rica análise de ecologia política, ela compara a *hevea brasiliensis* com a *castilla*, o popular caucho. Enquanto a seringa era extraída de uma mesma árvore ao longo dos anos, por uma população mais ou menos estável de migrantes, o caucho seria extraído necessariamente pelo abate da árvore, dessa forma, sempre nômade, e por uma população índia sob diversas formas de coerção. O encontro das duas espécies de árvores, segundo Hecht, é um “choque de ecologias políticas”. A exaustão do caucho deu lugar à predominância do látex da *hevea brasiliensis*, de melhor qualidade e mais apta a fornecer de forma mais ou menos estável o crescente mercado internacional.

Hecht apresenta uma rica descrição das elites locais do ciclo da borracha, que eram os barões do látex peruanos e os reis do caucho, assim como os conflitos de domínios, acessos aos recursos e controles territoriais. Entre estes barões, fala da família Fitzcarraldo, cujo personagem Carlos Fitzcarraldo se tornou conhecido ao ser romantizado por Werner Herzog, no filme *Fitzcarraldo* (1982). A autora cita uma importante passagem em que Delfim Fitzcarraldo foi morto por índios, o que revela as lutas e as reações das populações índias a este processo. Euclides da Cunha havia registrado uma das violentas atuações do exército privado de Fitzcarraldo, tendo estado ele na região menos de 20 anos após os fatos. Em uma bela passagem da obra de Cunha, o brasileiro descreve um encontro de Fitzcarraldo com os Mashco Piro, povo que ainda hoje vive em isolamento voluntário na fronteira do Brasil com o Peru. Nessa passagem, não traduzida por Hecht, Cunha descreve um massacre perpetrado por Fitzcarraldo, que teria terminado da seguinte forma: “De fato, meio hora depois, cerca de cem mashcos, inclusive o chefe recalcitrante e ingênuo, jaziam trucidados sobre a margem, cujo nome, Playamashcos, ainda hoje relembra este sanguinolento episódio...”.

Hecht mostra a conexão dos argumentos utilizados pelo Brasil, na corrida com os Estados Unidos pelo Oeste da Amazônia, para a expansão das fronteiras. O ponto em comum é a teoria do Destino Manifesto, utilizado por Monroe/Pickney sobre o percurso

do rio Mississippi. A “efetiva ocupação” do *uti possedetis* não bastaria sozinha, mas o direito romano seria, argumenta Hecht, somado a jurisprudência territorial americana da soberania profunda, incluindo os afluentes que se fazem necessários para a defesa nacional, e também a ideologia do “descobrimento”, no caso do Acre, com os peruanos, alegando que os brasileiros teriam “chegado antes”.

Hecht constrói, mais do que uma análise biográfica, uma geopolítica de Euclides da Cunha, incluindo as suas influências e os seus círculos de amizade, como Rondon, Machado de Assis, a quem Cunha chamava de “mestre”, o apoio construído em São Paulo, como do editor do jornal Júlio Mesquita, e a influência intelectual pela leitura de naturalistas que haviam feito expedições prévias na Amazônia como Alexander von Humboldt, Henry Walter Bates, Alfred Russel Wallace, Johann von Spix, Carl Friedrich von Martius, e também Tavares Bastos e Teodoro Sampaio. Cunha refez parte do trajeto do explorador inglês William Chandless, pelo rio que leva o nome deste.

Cunha seguia a linha do *determinismo ambiental*, e Hecht explora as contradições na argumentação do escrito, destacando a importância e a riqueza do material histórico produzido por ele. Por exemplo, ao discutir a “terra sem história”, percebe-se que Cunha e o peruano Alexandre Buenanõ não estavam em confronto com “um espaço vazio mas um teatro de guerra” (p. 249). A expedição viajaria por assentamentos com postos administrativos nacionais e alfândegas. Ainda que nas cartas de Manaus ele descrevesse a natureza intocada, Hecht lembra que o objeto da expedição era ver não o vazio do Purus, mas o rio cheio de gente lutando para sobreviver na floresta, a expressão material de destinos pessoais e nacionais. O Purus pelo qual eles viajaram não era o de uma paisagem primitiva, mas “amarrada a intensas forças comerciais, impérios financeiros, e um profundo processo de transformação global econômico e técnico. A paisagem, como descreveu Cunha, era moldada por uma “organização do trabalho monstruosa” dos seringais.

A análise de Hecht incorpora o conhecimento não só da etnobotânica, mas também da etnografia e arqueologia, que nas últimas décadas tem revelado não só dez mil anos de história na Amazônia, como também a existência de complexas e sofisticadas sociedades. Seguindo a teoria do animismo de Descola, Hecht aponta que “O trabalho etnográfico com muitos grupos sugere que uma cosmovisão amazônica envolve a participação humana numa 'sociedade da natureza'”, e que muitas espécies vistas como “selvagem”, são provavelmente sujeitos de uma forma de indígena de “socialização” com paisagens, histórias e jardins.

A natureza é “socializada”, na visão da autora, e os geoglifos recentemente encontrados na região do Purus mostram que a região é um local apropriado para se repensar o que é natureza e o que é “selvagem” na paisagem. Hecht apresenta

referências de Cunha, onde ele descreve a paisagem antrópica, que serviria de ligação entre os Andes e a Amazônia, referências hoje apoiadas no trabalho de arqueólogos como Michael Heckenberger e Eduardo Góes Neves.

O alto Purus hoje não é aquele por onde Cunha passou. A área tornou-se uma unidade de conservação do tamanho da Costa Rica, e, segundo Hecht, escravidão, dívida, e comunidades refugiadas "teriam sido apagadas do imaginário moderno". Mas na verdade, não é bem assim. Sem dúvida que aquele período foi superado, mas a região de Lábrea é hoje uma grande fronteira agrícola e uma das mais violentas da Amazônia. Muitas comunidades lá instaladas lutam para ter reconhecidos os seus direitos territoriais em meio à chegada de madeireiros vindos dos estados de Rondônia, Acre e Mato Grosso. E a escravidão dos barrancos, dos coronéis, ainda é uma realidade, controlada pela elite local.

A análise da questão indígena de Cunha é resultado da influência que recebeu do seu colega da Praia Vermelha Candido Rondon. Hecht também possui uma relevante produção intelectual com relação à questão indígena, com trabalhos publicados em ecologia política sobre o uso tradicional que os kayapo fazem dos recursos naturais, e como transformam os territórios. Em *The Scramble for the Amazon*, ela discute a ocupação arawak, a integração e a interação entre as sociedades que vivem nos Andes e Amazônia, como já mostrada por um dos pioneiros da arqueologia amazônica, Donald Lathrap. As descrições que Cunha faz, por exemplo, dos povos mura, foram classificadas por Gilberto Freyre como uma "etnografia tropicalista".

Como conclusão, a autora questiona o que sobrou do *boom* da borracha, do grande ciclo de exploração de látex, o que trouxe para o país governado por quem pensava em construir uma ópera extravagante nos trópicos ou mandar as roupas sujas para serem lavadas por empregadas domésticas em Lisboa. "O que se pode esperar de atores econômicos com visão tão curta?", pergunta Hecht.

A corrida pela Amazônia nunca terminou. Mas a análise histórica reflete mudanças profundas na nação, na percepção da "natureza, nas novas formas de globalização e novas corridas por commodities", como escreveu Cunha em *A margem da história*, em frase que fecha a obra de Hecht: "tal é o rio; tal a sua história: revoltada, desordenada, incompleta".

FELIPE MILANEZ

Research fellow Marie Curie, integra o projeto Entitle – European Network of Political Ecology, é investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, onde cursa o doutoramento "Democracia no Século XXI". Foi ainda investigador

visitante na School of Environment and Development, da Universidade de Manchester, Inglaterra.

Contato: fmilanez@gmail.com